

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS: UM OLHAR PARA O CANTINHO DE AUTORREGULAÇÃO EM SALA DE AUL

Ana Carla Breta Braz dos Santos ¹

RESUMO

RESUMO

O presente artigo, trata da experiência construída por uma professora da rede pública, do ensino fundamental I, resultante de uma constante busca de estratégias pedagógicas específicas, com o objetivo de oferecer a promoção do bem-estar do aluno autista e seu aprendizado em sala de aula. Desta forma, se fez necessária a compreensão da inclusão, do papel da educação inclusiva e sua importância para a sociedade como um todo, perpassando pelas práticas pedagógicas inclusivas relevantes para o aprendizado do aluno. Através de estratégias dinamizadas em sala de aula como a implementação de uma rotina estruturada, porém, não engessada e, através da construção e utilização do cantinho da autorregularão como proposta no Planejamento Educacional Individualizado e sua efetivação no espaço da sala de aula. Os resultados dessa experiência indicaram a devida importância desse espaço e da rotina no auxílio pedagógico ao professor docente no atendimento educacional positivo ao aluno incluído, como o gerenciamento do estresse, a redução da ansiedade, o aumento do foco e a melhora nas relações, atendendo as necessidades e interesses educacionais do aluno.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Inclusão Escolar e Estratégias Pedagógicas

INTRODUÇÃO

O tema inclusão social, nos faz repensar o atendimento educacional especializado, visto que a Política da Educação Especial, trouxe a roda de discussões, metas, ações, direitos e deveres que propiciem aos alunos público-alvo da educação especial, o desenvolvimento das potencialidades através do trabalho baseado em suas necessidades. Esse novo olhar para a educação, objetiva a inclusão das pessoas com deficiências, transtornos globais e altas habilidades em instituições públicas e particulares existentes em todo território nacional.

1.Ana Carla Breta Braz dos Santos. e-mail:a.carlas4111@gmail.com



A educação inclusiva em todo âmbito nacional, está diretamente ligada aos direitos humanos, quando há proteção e promoção da dignidade da pessoa humana, a inclusão educacional é parte integrante da execução desse direito. Para Pletsch (2020, p.63) “a inclusão implica a combinação de três elementos: no desenvolvimento do sujeito, na pluralidade cognitiva na convivência com a diversidade cultural numa escola/universidade com todos e para todos”. Desta forma, as especificidades dos estudantes são importantes para o seu desenvolvimento.

Este trabalho tem como objetivo, estabelecer maior entendimento da atual perspectiva da educação inclusiva, para tal, foram pesquisados artigos que tratam sobre a Declaração de Salamanca, artigos e legislação propriamente dita que abordassem diretamente, as três LDBs(Lei de Diretrizes e Bases) do país, como um diálogo entre elas, ressaltando o contexto educacional da época além de estabelecer a movimentação social nas lacunas entre elas até chegar ao pensamento atual de educação inclusiva.

Ao adquirir esse conhecimento, o trabalho apresenta como objetivo compreender através de estudos de análise e intervenções educacionais que trazem metodologias e práticas pedagógicas com êxito no âmbito do aprendizado do aluno com TEA.

No contexto da legislação histórico educacional, a educação para alunos com deficiência inclusiva vai aparecer na primeira Lei de Diretrizes e Bases do Brasil, a lei 4024/61, é um marco para o sistema educacional brasileiro e nesse contexto, trata o atendimento educacional às pessoas com deficiência como um direito dos “excepcionais” à educação no sistema de ensino, como mencionadas nos artigos 88 e 89

Após 10 anos, é promulgada a segunda LDB do nosso país, Lei 5692 /71, em que no artigo 9º, define quais alunos deveriam receber pelas unidades escolares, um tratamento especial, os deficientes físicos e mentais, os que se encontram em atraso considerável na aprendizagem e os superdotados. Nesse caso, há uma definição do público-alvo, porém não atende todas as crianças não oferece e reforça o atendimento das escolas especializadas.

A perspectiva inclusiva, é resultado de construção da LDB 9394/96 que rege o país, mas também acrescenta contribuições de outras mobilizações e leis. Dentre as quais são



principais: a Constituição Federal de 1988, nela estão estabelecidos direitos a igualdade a todos e acesso ao sistema de ensino especializado a pessoas com deficiência;

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei nº 8.069/1990, que protege crianças e adolescentes de seus direitos a educação de qualidade e também a educação inclusiva; a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, tem como destaque formalizar ao acesso à educação especializada, garantindo sua matrícula em escolas regulares , integrando a proposta pedagógica das unidades escolares ao aluno, oferecendo ao aluno público alvo da educação inclusiva meios de participação efetiva no contexto educacional e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) , Lei nº 13.146, importante para assegurar ao atendimento igualitário aos alunos público alvo da educação especial em instituições particulares, proibindo cobrança de valores adicionais a esses alunos. A educação inclusiva torna-se uma concepção educacional que dialoga com alguns conceitos como a igualdade, equidade, acessibilidade, diversidade e diferenças.

METODOLOGIA

O referente trabalho tem como metodologia, a natureza qualitativa, foram utilizadas para este artigo, a análise documental e a revisão bibliográfica, baseada em Minayo (2014, p,57), revela processos sociais como por exemplo, relações, representações, percepções e construções de novas abordagens. Mas, para tal resultado, se faz necessário uma revisão bibliográfica ampla.

Ao realizar a busca através de palavras-chave como “educação inclusiva”, “inclusão escolar” e “estratégias pedagógicas”, entre outros com o intuito de identificar estudos importantes para abordar o tema, como explica Demo (2012), o domínio bibliográfico tem como base o conhecimento de produções já existentes sobre o tema.

Essa linha de critérios estabelecidos a fim de garantir maior relevância e precisão na revisão literária, descartando artigos, pesquisas e tese não relacionadas a delimitação do tema. Desta forma foram reunidas, avaliadas e construídas atividades que direcionaram o presente trabalho e a prática do professor em sala de aula pela qual. vem sendo construída durante todo processo de pesquisa e durante o período de estudo do tema até os dias atuais.



REFERENCIAL TEÓRICO

Camargo e Camargo (2020), ressalta a importância da prática em sala de aula das metodologias ativas, pois, elas apresentam estímulo e motivação aos alunos autistas, auxiliando aos mesmos a percepção de uma realidade de forma mais ampla, distinguindo -se das metodologias onde há apenas transmissão de conhecimento feita pelo professor ao aluno.

Ferreira e Elias (2022), aborda a importância da compreensão do TEA e suas peculiaridades no âmbito escolar, bem como a formação do professor e a colaboração efetiva entre alunos, família e a escola para elaboração das metodologias ativas com resultados mais eficazes. Pois, considerando o público-alvo da educação especial, o atendimento educacional especializado, o Planejamento Educacional Individualizado, o currículo adaptado são meios que implicam o desenvolvimento de si enquanto sujeito, na convivência com diferentes sujeitos de diferentes etnias e especialidades e na expansão do conhecimento específico de acordo com a sua especialidade.

Um dos maiores desafios era fazer o aluno com TEA (Transtorno Espectro Autista) entender o espaço escolar um ambiente prazeroso e de aprendizagem Bitencourt et al. (2023) Afirma que a metodologia ativa aliada a orientação pedagógica, são importantes para resultados positivos na aprendizagem de alunos com deficiência. Sendo assim, foram utilizadas como forma de aprendizagem desse aluno as seguintes formas de metodologias ativas: aprendizagem baseada em projetos; atividades cooperativas envolvendo toda a turma; organização do espaço físico, com rotinas visuais e adaptação do ambiente e utilização do hiperfoco como fonte de aprendizagem. Além disso foram utilizadas adaptações curriculares e construída o PEI (Plano Educacional Individualizado).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A experiência a ser relatada, ocorre em uma escola pública, inserida no Município periférico do Estado Brasileiro. O desenvolvimento do trabalho durante essa pesquisa se deu





como profissional de apoio de um aluno, sexo masculino, seis anos de idade, O laudo foi adquirido em 20 de maio de 2024, prescritos CID F84 e CID F9, a partir de então fui selecionada para ser profissional de apoio dele.

Dentre as ações iniciais realizadas, destaco a entrevista com os responsáveis e o estreitamento da relação com eles. Ao realizar entrevista com a responsável, pude apurar seus gostos e suas maiores dificuldades. Ação de acordo com o Decreto lei 7611, de 17 de novembro de 2011, parágrafo segundo que destaca o envolvimento da família no atendimento e oferecer formas de acesso participação de aprendizagem no ensino regular. O quadro 1, simplifica o resultado do trabalho desenvolvido.

Quadro 1: Rotina/ Segunda -Feira

Horário	Início do Primeiro Semestre	Início do Segundo Semestre
13:00	Entrada -Choros e gritos	Entrada-Abraço coletivo ou Capa invisível (vai oscilar dependendo do estado emocional do aluno)
13:10 a 13:30	Caminhar pela escola	Sala de Leitura
13:30 a 14:00	Aula de Matemática (se recusava a participar queria a mãe)	Aula de Matemática (iniciação com jogos educativos e depois utilização do caderno)
14:00 a 14:15	Almoço (apenas bebia água)	Almoço (sem restrição ao cardápio escolar)
14:15 as 15:00	Aula de Informática Educativa (não participava)	Aula de Informática Educativa (é o primeiro da fila da turma)
15:00 as 15:30	Sala de Recursos (Necessário mobilização e diálogo para perguntar)	Sala de Recursos (Participa com Interesse)
15:30 as 15:45	Lanche (apenas bebia água)	Lanche (Realiza troca com os colegas da sala)



15:45 a 16:30	Atividades de Ciências iniciadas no pátio externo (chorava e queria a mãe, pois precisava passar pelo rol de entrada para chegar no pátio)	Atividades de Ciências (pátio externo, aprecia as árvores, os animais e plantas, participa ativamente do projeto Horta Escolar)
16:30 as 17:00	Cantinho da Calma (com os brinquedos de autorregulação)	Hora da Leitura (participa) Cantinho da calma opcional

O quadro 1, apresenta resultado e mudanças observadas tais como: aluno adaptado a rotina, o aluno se interessa em realizar as atividades; alimenta-se todos os dias na unidade e alguns dias (batata e frango) ele repete.

No âmbito do conhecimento do conteúdo, o aluno reconhece e escreve seu primeiro nome, conhece as vogais e as junções, conta sequencialmente até 10 e escreve os números até cinco.

Diante das habilidades sociais, o aluno relaciona-se bem com as outras crianças, salvo quando está agitado. Quando isso ocorre, ele aprendeu a pedir para montar o cantinho dele, onde tem os brinquedos que ele gosta, pote da calma, massa de modelar, colchão e almofada.

Os exercícios adicionados a proposta pedagógica lúdica, trouxeram resultados. A mãe relata não acreditar que ele fosse aprender e se emociona ao vê-lo escrevendo o primeiro nome. As metodologias ativas utilizadas para esse aluno incluíram a Aprendizagem Baseada em Projetos, Aprendizagem Cooperativa. Essas abordagens são frequentemente combinadas com a adaptação do ambiente para criar previsibilidade, o uso do hiperfoco e a personalização do conteúdo.

O Cantinho da Calma ou Cantinho da autorregularão é um espaço físico usado na abordagem ABA (Análise do Comportamento Aplicada), para ajudar crianças a se acalmarem. Este espaço promove a autorregulação, autonomia, reduz o comportamento impulsivo além de promover a aprendizagem do ensino de habilidades e principalmente a inclusão das crianças neuro divergentes e sua comunicação.

De acordo com Edwards; Gandini; Forman (2016, p. 83): escreve que professores devem perceber que escutar as crianças é necessário, mas trata a escuta sem um julgamento,





uma escuta que possa compreender seu mundo se faz necessário tanto para o aluno quanto para o professor.

Ouvir o aluno, com os ouvidos, com o olhar, com os gestos. Quanto mais atentos estivermos os sons dos alunos, mais rápido passamos a conhecê-los. Isso nos antecede a uma possível crise ou a adaptação de um planejamento já adaptado por conta do seu comportamento naquele dia.

A LDB9394/96 define ações da educação escolar e trata no item IV, o fortalecimento dos vínculos com a família e de tolerância recíproca. Sendo assim, toda proposta pedagógica é colocada para mãe com o objetivo a ser alcançado. O diálogo com a mãe permitiu incentivá-la em dias difíceis e acompanhar mais de perto os atendimentos dos profissionais da saúde. Os resultados positivos iniciaram uma relação de confiança que necessita de reciprocidade durante toda vida escolar do aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados alcançados demonstraram a importância da Legislação Inclusiva, e o seu papel de assegurar aos alunos público-alvo da educação especial, um acesso igualitário, com respeito às individualidades e especificidades de cada aluno. Auxiliando na promoção de uma prática pedagógica da instituição escolar, do professor e de todas as pessoas pertencentes a comunidade escolar irá evidenciar o atendimento especializado. A necessidade de promover a inclusão em diferentes espaços da escola (sala de aula, pátio interno e externo, refeitório, secretaria, direção, quadra poliesportiva e parquinho interno e externo) deverá ser de tal forma a garantir uma educação significativa para o estudante com deficiência. Esta prática tem como base os direitos humanos, no princípio da equidade, acessibilidade abordagem biopsicossocial de deficiência. “Portanto o desenvolvimento humano é, ao mesmo tempo, um processo particular e coletivo/social, em que a aprendizagem impulsiona o desenvolvimento” (KASSAR, 2016, p.1231).

Em síntese, a trajetória vivida pela professora e seu aluno demonstra que a combinação entre sensibilidade, planejamento e inovação pedagógica pode transformar desafios em oportunidades de crescimento. O Cantinho da Autorregulação, as metodologias





ativas e o PEI personalizado foram instrumentos fundamentais para o avanço do estudante. Mais do que resultados cognitivos, o que se obteve foi o florescimento da confiança, da autonomia e do vínculo afetivo entre professor e aluno — elementos que sustentam o verdadeiro sentido da educação inclusiva.

Em conclusão, este estudo evidencia que a legislação nacional como base do trabalho a ser desenvolvido nas instituições escolares, adicionada a práticas pedagógicas inclusivas, quando pautadas no respeito, na escuta e na individualidade do aluno, são capazes de promover o desenvolvimento integral e o bem-estar dos estudantes com TEA. A escola deve ser um espaço de pertencimento, onde o aprendizado ocorre por meio da interação e da valorização das diferenças. Assim, o processo educativo cumpre sua função social de formar cidadãos conscientes, empáticos e preparados para viver em sociedade.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha mais profunda gratidão a Deus, ao meu filho e a minha família, vocês são a força que necessito para a realização deste trabalho científico. Sem vocês, este sonho não teria sido possível.

REFERÊNCIAS

ALTAFANI, Magda. Ensinar na diversidade: um desafio de todos os educadores. São Leopoldo: Estação Gráfica, 2007.

ANDESON, Michael C.; EYSENCK, Michael W. Memória. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BAPTISTA, Claudio Roberto. Escolarização e deficiência: configurações nas políticas de inclusão escolar. São Carlos: ABPEE, 2015.

BARROS, Gilsene Daura da Silva. As meninas de Helena: deficiência intelectual, inclusão e mercado de trabalho em São Luís. Revista Educação e Emancipação, São Luís, v. 8, n. 1, jan./jun. 2015.



BRASIL. Constituição da república Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

X Encontro Nacional das Licenciaturas
IX Seminário Nacional do PIBID

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

BRASIL. *Estatuto da Pessoa com Deficiência* – Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Diário Oficial da União, Brasília, 2015.

Brasília, DF: UNESCO, 1994. Declaração Mundial sobre a Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Jomtiem/Tailândia: XV Fórum Municipal de Educação: interlocuções da pesquisa na Educação Básica

Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2008. . Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

Brasília, DF: MEC/SEESP, s.d. . Orientação e Mobilidade, Atividades da Vida Diária, Escrita Cursiva, Sorobã, Estimulação Visual. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2001. . Ensaios pedagógicos - Construindo Escolas Inclusivas. 1. ed.

CAMARGO, R.; CAMARGO, C. *Metodologias ativas e inclusão escolar*. São Paulo: Cortez, 2020.

CARVALHO, Brunna Stella da Silva; NASCIMENTO, Lilian Ferreira do. O autista e sua inclusão nas escolas particulares da cidade de Teresina – PI. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 28, n. 53, p. 677-690, set./dez. 2015.





CORREIA, Lisandra Cláudia Andrade. Percepções e conhecimentos dos docentes face à inclusão de alunos com **autismo no ensino regular**. 2015. 86 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação) - Universidade da Madeira. Junho, 2015

DEMO, P. *Educação e Qualidade*. 7. ed. Campinas: Papirus, 2012.

FERREIRA, J.; ELIAS, M. *Educação inclusiva e o ensino de alunos com TEA: práticas e desafios*. Revista Educação e Diversidade, v. 10, n. 2, p. 45–60, 2022.

KASSAR, M. *Educação especial na perspectiva inclusiva: desafios e possibilidades*. Petrópolis: Vozes, 2011.

MINAYO, M. C. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

PLETSCH, M. *A escolarização de alunos com deficiência intelectual: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010

RAMOS, R. Passos para a inclusão. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: ACESSO E QUALIDADE, 1994, Salamanca. Brasília, DF: UNESCO, 1994

